



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

**ESCOLA AÇAÍ: UMA EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL NO INTERIOR DA
AMAZÔNIA TOCANTINA**

ROBSON PENA FORTES

ANANINDEUA/PARÁ
2018

ROBSON PENA FORTES

**ESCOLA AÇAÍ: UMA EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL NO INTERIOR DA
AMAZÔNIA TOCANTINA**

Artigo apresentado ao Curso de Pós-Graduação, como requisito parcial à obtenção de grau *Latu Sensu* como Especialista em Ensino de História.

Orientador: Profº Drº Wesley Oliveira Kettle

ANANINDEUA/PARÁ
2018

ESCOLA AÇAÍ: UMA EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL NO INTERIOR DA AMAZÔNIA TOCANTINA

Resumo

Este artigo é resultado da experiência docente no Sistema de Organização Modular de Ensino na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Pedro, zona ribeirinha do município de Igarapé-Miri/PA. A partir da percepção empírica, fruto do convívio no dia-a-dia da comunidade escolar, foi possível constatar a importância que a cultura do açaí significa na dinâmica social do povo ribeirinho miriense, incorporando hábitos, costumes, e relações como pertencimento, identificação econômicas, de trabalho e, de modo muito particular, as relações no ambiente escolar. Nesse sentido, a partir das aulas de História, tento perceber como o açaí pode ser utilizado como um elemento de compreensão do passado pelos professores de História como um objeto de ensino indispensável para entender a escola do campo, a sociedade em que vivemos, e os conflitos estabelecidos a partir da própria construção da identidade amazônica tocantina.

Palavras-chave: Açaí. Comunidades ribeirinhas. Ensino de História.

Abstract

This paper is a result of the experience of teaching in the Modular Teaching Organization System of the Padre Pedro Municipal School of Primary Education, a riverside area of the municipality of Igarapé-Miri / PA. Based on the empirical perception of the daily life of the school community, it was possible to verify the importance of the açaí culture in the social dynamics of the people living on the banks of rivers, incorporating habits, customs and relations as belonging, identification, economic and labor, and in a very particular way, relationships in the school environment. In this sense, from History classes, I try to understand how açaí can be used as an element of understanding of the past by teachers of History as an essential didactic object to understand the rural school, the society in which we live and the conflicts. established by the construction of the Amazonian identity of Tocantins.

Key words: Acai. Riverside communities. Teaching History.

1 .INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2015, iniciei uma experiência docente no Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME)¹, no município de Igarapé-Miri-PA², na escola Municipal de Ensino Fundamental Sebastiana Pena de Araújo, localizada na comunidade Botelho e distante a cerca de uma hora e meia, via barco, da cidade.

Trabalhar no SOME, em comunidades ribeirinhas distantes dos centros urbanos significa lidar com dificuldades diárias: desde a locomoção até as respectivas escolas, passando por problemas de infraestrutura e comunicação precária, além de um conteúdo pedagogicamente restrito em detrimento do tempo curto de trabalho e da logística característica de uma região em que as ruas são rios e em sua maioria de difícil acesso.

Por outro lado, o funcionamento do SOME proporciona a presença dos professores nas comunidades durante toda a semana, aprofundando as relações de convivência na prática escolar, no dia-a-dia da comunidade e da escola ribeirinha. Essa relação que acabamos criando com alunos, pais e moradores locais nos permite aprofundar os laços e conhecer de perto a realidade local, uma experiência única e totalmente diferente da prática educacional na cidade.

Nessa perspectiva, é importante compreender o município de Igarapé-Miri, por suas características geográficas e históricas, sobretudo a partir da importância dos rios para a região amazônica, e a relação que o rio e a natureza significam em relação aos hábitos, aos costumes e as relações sociais vivenciadas pelas populações ribeirinhas de modo geral.

Ao analisarmos um breve histórico do município de Igarapé-Miri, observamos o predomínio de povoações ribeirinhas dispersas pelos mais de 50 rios e mais de 300 igarapés que compõem hoje o território municipal, apresentando assim como principal fonte de sobrevivência o extrativismo, sobretudo, a madeira e os frutos nativos do estuário amazônico.

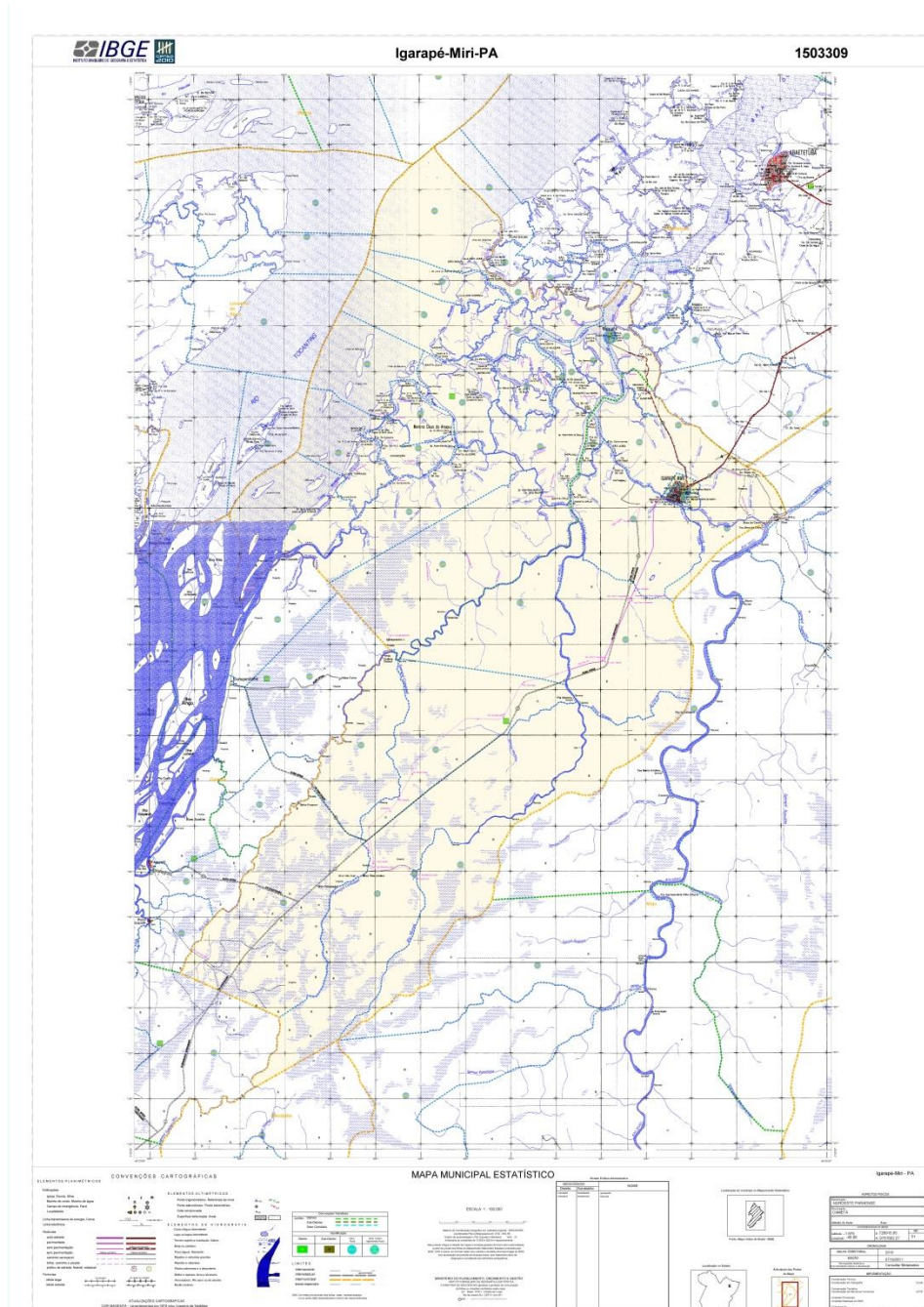
A grande quantidade de rios e igarapés, como se observa na figura abaixo, facilita a compreensão em torno da dependência que eles representam para o

¹Implantado em 1980 no Estado do Pará, o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), foi criado com intuito de levar a educação básica às comunidades rurais ribeirinhas que se encontram mais distantes dos centros urbanos. No caso do município de Igarapé-Miri-PA, a grade disciplinar é dividida em quatro circuitos, que se revezam durante todo o ano letivo.

²Igarapé-Miri é um município do Estado do Pará, no Brasil, que pertence a mesoregião do nordeste paraense, a cerca de 150km de distância da capital do estado, Belém. A região, juntamente com outros municípios vizinhos é reconhecida pela literatura acadêmica, pertencente à Amazônia Tocantina, por ter como principal afluente o rio Tocantins.

município, sobretudo, pela sobrevivência de sujeitos que dependem unicamente da natureza a partir do extrativismo e, recentemente da cultura do açaí dispersa por diversas áreas em todo território de Igarapé-Miri.

Figura 01 – Mapa Hidrográfico do Município de Igarapé-Miri/PA.



Fonte: IBGE (2017)

Segundo Eládio Lobato (1985), o surgimento dos primeiros aglomerados populacionais e que mais tarde vieram se tornar vila, freguesia, e por último cidade de Igarapé-Miri, pode ser entendida a partir da escavação do canal de mesmo nome

que liga dois diferentes rios próximos a fronteira com o município de Moju. Segundo o professor e pesquisador João Maria Quaresma Júnior:

O canal [de Igarapé-Miri] era o caminho mais curto para se chegar a Cametá e Belém. Cametá sob o governo de Ângelo Custódio, que embora tivesse sido a primeira a se levantar contra os imperiais, agora lutava pelo governo do Império, e Belém, com Jorge Rodrigues, também em luta contra os mesmos adversários e eram ambos capitais da mesma província. A única passagem segura para os “cabanos” para as duas cidades era o canal, que possuía vantagem, ser facilmente defendido. (2005.p.12-13).

O canal de Igarapé-Miri foi construído a partir de uma escavação de prolongamento horizontal, um “furo”, que ligava o igarapé Ribeiro no rio Moju ao Igarapé-Açú no rio Santana de Igarapé-Miri, idealizada e capitaneada pelo comerciante Sebastião Freire da Fonseca em 1821, visando facilitar o acesso de embarcações e, portanto, a circulação comercial na região. A empreitada visava ampliar o tráfego de embarcações entre Belém-Igarapé-Miri-Cametá, já que tratava de uma “rota mais fácil e curta tanto para Cametá quanto para Belém, possibilitando assim, a difícil viagem por fora onde as baías ao Arrozal e Guajará (...) evitando naufrágios e perda de tempo” (QUARESMA JÚNIOR, 2005).

A passagem de embarcações entre os municípios de Belém e Cametá e a luta pelo controle do tráfego marítimo em um período conturbado da história política paraense no século XIX, a partir do conflito conhecido por cabanagem, fez dali uma região estratégica consolidando também mais tarde, um ponto de relações comerciais, sobretudo pela produção essencialmente extrativista da região.

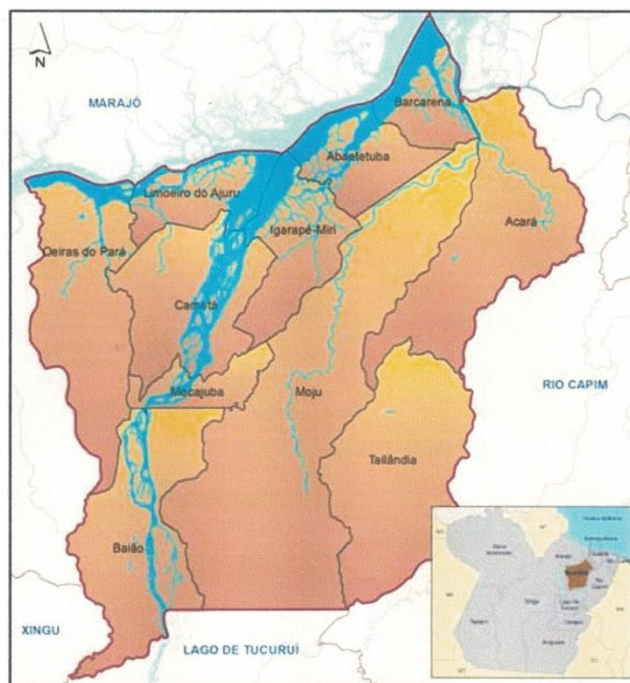
A relação do ribeirinho miriense³ com a natureza vem se modificando, muito embora ainda prevaleça as práticas extrativistas. Igarapé-Miri vivenciou diferentes ciclos econômicos no decorrer de sua caminhada histórica: a extração da madeira, da borracha, da cana-de-açúcar para fabricação de água ardente (cachaça), da mandioca, do arroz, da palha e do palmito da palmeira do açaí, e hoje, predominantemente o manejo do fruto do açaí (QUARESMA JÚNIOR, 2013).

Segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, 2017), o Estado do Pará é o maior produtor de Açaí do Brasil. E é na região da

³ Gentílico de Igarapé-Miri.

Amazônia tocantina⁴, especialmente no município de Igarapé-Miri, onde o fruto é extraído em maior escala, chegando a produzir mais de 300 mil toneladas por ano.

Imagem 02 – Região de Integração do Tocantins



Fonte: SEIR/GeoPARÁ (2009).

A expressão Amazônia Tocantina ou Região de Integração do Tocantins (Imagem 02), é uma denominação que se assenta em uma área do Estado do Pará estruturada em torno do rio Tocantins que foi regionalizada de diferentes maneiras. E, dando ênfase para esse recorte “com a predominância do modo de vida ribeirinho, dependendo da acessibilidade fluvial, da pesca e da coleta de produtos florestais, e contando com as cidades e vilas como entrepostos de troca de sua produção” (PEREIRA, 2012, p.201).

O diferencial da produção do açaí nos municípios que compõe a Amazônia Tocantina, de modo especial Igarapé-Miri, é que grande parte desse cultivo se

⁴ A Amazônia Tocantina, área geográfica do Estado do Pará localizada entre a Amazônia Central e a Amazônia Oriental, é considerada a segunda região hidrográfica mais importante do Brasil, sendo superada em sua magnitude apenas pela bacia do rio Amazonas. Esse território, cujas dimensões se assemelham, ou até superam, o tamanho de países, é constituído pelos Municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Ocupando uma extensão territorial de 36.024,20 km², esse importante território congrega uma população estimada em 739.881 habitantes. Disponível em: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@: Pará [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2010 <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=15&search=para>.

sustenta pela agricultura familiar, onde pequenos produtores das zonas ribeirinhas participam de quase todas as etapas da cadeia produtiva, que vai desde a plantação, colheita, armazenamento, e posteriormente a comercialização “*in natura*” do fruto.

Os bons frutos do açazeiro (*Euterpe oleracea Mart.*), naturalmente adubados pelo solo amazônico de várzea, vêm modificando a paisagem, a cultura, o modo de vida e as relações sociais nas comunidades ribeirinhas, e de modo muito particular, as relações no ambiente escolar.

Essa percepção empírica que foi percebida durante a experiência de trabalho docente no SOME, possibilitou resultados de modo que compreendêssemos como a força no cultivo do açaí vem modificando a vida e as práticas sociais nessas comunidades, sobretudo a partir do ambiente escolar, já que estes agentes interagem com essa cultura desde a sua relação entre o hábito alimentar e cultural, mas também como atividade econômica, capaz de retirar da sala de aula crianças e adolescentes, que empenhados na colheita do fruto, veem na plantação do açaí o principal meio de sobrevivência.

Outra percepção passível de assimilação é perceber como o açaí pode ser utilizado como um elemento de compreensão do passado, podendo ser utilizado pelos professores de História como um objeto de ensino indispensável para entender a dinâmica escolar, a sociedade em que vive, e os conflitos estabelecidos pela construção da própria identidade amazônica tocantina.

O cultivo do açaí e o sistema educacional ribeirinho em Igarapé-Miri, diante de inúmeros fatores têm peculiaridades, sobretudo pela produção do açaí que causa impactos positivos e negativos na dinâmica escolar. Todavia, a relação entre o açaí e as práticas educacionais nessas comunidades nos faz perceber que o açaí pode ser incorporado nas aulas de História como um agente histórico, já que está presente em diversos espaços e ambientes da escola e ao redor dela.

A produção do açaí em Igarapé-Miri ocorre em todos os meses do ano, especialmente após o desenvolvimento de técnicas de irrigação que possibilitou aos grandes produtores cultivar o fruto na entressafra. Mas, é entre os meses de agosto a dezembro, que a colheita do fruto atinge sua maior produtividade, fazendo com que a dinâmica escolar sofra uma série de transformações.

O segundo semestre letivo da escola ribeirinha, em detrimento do período da safra do açaí, sofre demasiadamente com a evasão escolar, sobretudo dos alunos

do gênero masculino, que desde pequenos trabalham em seus próprios açazais ou de terceiros durante a colheita do fruto, são os chamados peconheiros⁵.

Por outro lado, esse trabalho possibilita geração de renda para famílias em comunidades muito carentes, que por muitas vezes não tem outra fonte de renda, fato que é observado no período da entressafra no primeiro semestre letivo. Além da interferência econômica na renda dos ribeirinhos, a pouca oferta do fruto faz os preços aumentarem, interferindo inclusive na dieta alimentar.

No período da entressafra alunos e alunas não desfrutam da merenda escolar predileta, e em casa, famílias habituadas com o consumo diário do açaí para acompanhar o almoço ou o jantar veem a necessidade de reduzir a consistência diluindo com mais água o fruto na hora de fabricar o vinho.

Nesse aspecto de contrastes intensos, esse trabalho busca compreender a dinâmica escolar da escola do campo e sua relação com o meio ambiente, no caso específico a cultura do açaí. Trata-se de uma pesquisa pautada na história ambiental, já que as vidas dos sujeitos que compõem a dinâmica escolar e da comunidade se estruturam a partir meio natural.

Segundo Wesley Kettle (2018), estudos a respeito da temática ambiental e o ensino de História são relevantes para que professores possam executar, além de reflexões acadêmicas, trabalhos em relação à educação ambiental, sobretudo no ensino básico, e, a partir deles, dedicarem-se a assuntos de aspectos políticos, econômicos e culturais da História. Nesse aspecto, a articulação entre os conteúdos de natureza e História devem ser implementados tendo em vista que:

(...) a dimensão ambiental deve ser compreendida como também uma dimensão da educação, como atividade intencional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, objetivando potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental. (NUNES E VASCONCELOS, 2018, p.48).

A contribuição da história ambiental ganhou espaço nos PCN's e, a partir dos temas transversais tem sido utilizado como instrumento pedagógico de caráter multidisciplinar, auxiliando questões mais diversas no processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, é comum observarmos debates e discursões

⁵ Coletor do fruto do açaí, que sobe nas palmeiras através da peconha, uma espécie de utensílio rudimentar amazônico similar a um cinto, feito de sacas ou cipós.

acirradas por práticas pedagógicas intuitivas com o objetivo de promover com o máximo de eficácia a aprendizagem.

No ensino de História, os questionamentos relacionados à aprendizagem ganham espaço, principalmente, quando analisamos a presença de práticas educacionais tradicionais no ensino de História, sobretudo aquelas que não valorizam os saberes internos e externos à atmosfera escolar. Pesquisadoras como Circe Bittencourt (2004) entendem o ambiente escolar como uma instituição que obedece a uma lógica particular e específica “da qual participam vários agentes, tanto internos quanto externos”, mas, que deve ser considerada como um lugar de produção de um saber próprio. Desse modo, a história ambiental pode ser considerada como parte integrante da cultura escolar ribeirinha, exatamente porque, mantém relações muito estreitas com a dinâmica daquelas comunidades.

No caso específico da relação do açaí com o ensino de História presente nessas comunidades, acredito ser possível iniciar uma discussão na qual o ensino seja pensado, considerando as interferências que se apresentam sob as mesmas condições entre professor, aluno e vivências mútuas de entendimento social. Mas do que as relações que se estabelecem entre o ambiente escolar, os meios e modos de sobrevivência, Romero Ximenes (2013) destaca que o açaí representa:

Os dados empíricos de que dispomos sobre o açaí demonstram que o mesmo se conecta com a identidade, a comida, o remédio, os fertilizantes, a arte (música, pintura, poesia, romance), os mitos, as técnicas de aterramentos urbanos, as edificações, os artefatos rurais, a medicina, a odontologia, a indústria (óleo, tinta), etc (p.29).

Considerando sua importância social, há ausência ou permanência do açaí nas práticas educacionais diárias no ensino de História nestas comunidades? Da janela da sala de aula, eu e meus alunos observamos, diariamente, a apresentação da exuberante palmeira de açaí se retorcendo com vento na beira do rio, a merenda escolar predileta dos alunos no intervalo é mingau de arroz com açaí, a relação de trabalho predominante no cotidiano local é o cultivo e a comercialização do açaí e a base da alimentação local também é o açaí. Não estaria, portanto, o açaí próximo o bastante das práticas educacionais? A partir dos resultados desta pesquisa percebo que ensino de História pode contribuir com diálogos que envolvam as práticas cotidianas de nossos alunos, aliás, uma das contribuições da História ambiental é entender a paisagem, a terra e a natureza como um documento histórico repleto de informações. Para Wesley Kettle (2015), a História ambiental, a partir das visões de

natureza pode produzir interações entre seus autores com o mundo natural. Já Simon Schama (1996), afirma que a natureza é carregada de significados indenitários e simbólicos edificados e reproduzidos, que acabam por alimentar o imaginário social.

A História ambiental ganha, portanto, notoriedade e se apresenta como uma ferramenta educacional relevante, já que de forma muito especial essas comunidades dialogam com o meio ambiente de forma muito peculiar.

2. O SOME EM IGARAPÉ-MIRI

A carta cidadã de 1988 em seu artigo 211, determinou que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino”. Essa garantia constitucional permitiu a descentralização do ensino público no país, permitindo que escolas pudessem ser criadas em diversas regiões do Brasil. Nas comunidades ribeirinhas, esse avanço possibilitou especialmente a criação de escolas entre 5ª e 8ª série (antes mesmo do ensino fundamental de nove anos).

Nesse sentido, a população do campo se viu contemplada pela ampliação do ensino público com a criação das primeiras escolas municipais que ofereciam o ensino fundamental completo originando uma alternativa para o prosseguimento aos estudos, já que muitos alunos eram forçados a interrompê-lo, pois naquele contexto, a única alternativa era a cidade e nem todos podiam arcar com as despesas.

Somando-se a esse fato, no dia-a-dia do núcleo familiar ribeirinho, crianças, jovens e adolescentes contribuem desde cedo com as obrigações no trabalho e ajudam na renda familiar: seja nos afazeres domésticos, seja na pesca, na extração dos produtos da terra, e principalmente na colheita e venda do açaí. Nessa atual conjuntura, acentuou-se o elevado índice de analfabetismo e baixo grau de escolaridade dos jovens e adultos nas regiões ribeirinhas de Igarapé-Miri, então, a única opção era mesmo abandonar a escola nos primeiros anos de ensino e contribuir com a renda familiar:

Os jovens e adultos do campo tem uma trajetória no que tange ao processo ensino-aprendizagem limitado aos primeiros anos escolares, ou seja, às quatro primeiras séries do ensino fundamental; isto se deve em primeiro lugar às condições econômicas de suas famílias que lhes impõem abandonar os estudos, para atuarem no trabalho junto com os demais familiares; em segundo lugar, as escolas do campo só oferecem os primeiros anos escolares, fazendo

com que mesmo aqueles que desejam continuar estudando não tenham espaço para tal. (SILVA, 2007, p.41).

Uma das primeiras experiências educacionais de ensino modular no estado do Pará foi criada em 1980 pela Secretaria Executiva de Educação (SEDUC), com intuito de levar a educação básica às comunidades rurais ribeirinhas que se encontravam mais distantes dos centros urbanos (PERREIRA, 2016).

Segundo o professor Rosenildo Pereira (2016), o Sistema de Ensino Modular se configura como uma estratégia, num primeiro momento, para levar o ensino médio para algumas localidades de difícil acesso, mas só passou a fazer parte como uma ferramenta político-pedagógica da SEDUC a partir 1982.

Embora a política do SOME tenha encontrado aspectos para se consolidar e expandir, sobretudo no meio rural, em seus primórdios, alguns municípios como Igarapé-Miri e Nova Timboteua (OLIVEIRA, 2010), apresentaram esse regime em seus centros urbanos, o que põe em evidência as dificuldades estruturais enfrentados pela oferta de educação pública mesmo em regiões urbanas no Estado do Pará.

A efetiva regulamentação desta modalidade de ensino só foi possível ocorrer em abril de 2014, com a aprovação da Lei Estadual nº 7.806. Apesar do tardio dispositivo legal, a expansão progressiva dessa política e sua estratégia no âmbito educacional com intuito de oferecer educação pública em comunidades mais longínquas dos grandes centros urbanos permitiu que diversas Secretarias Municipais de Educação pelo Pará adotassem essa modalidade, avalizadas pelo Conselho Estadual de Educação. (RODRIGUES E SILVA, 2018).

No sentido de reverter esse conjunto de disparidade social, sobretudo no que diz respeito ao fator educacional e para atender as exigências dos movimentos sociais do campo, a criação do Sistema de Organização Modular de Ensino no município de Igarapé-Miri foi implementado no ano de 2001, logo após a municipalização do ensino básico no município, inicialmente com a expansão de quatro unidades escolares em comunidades ribeirinhas que ofereciam apenas o Ensino Infantil.

O SOME oferta nos dias atuais em Igarapé-Miri o ensino fundamental e o ensino médio completo, sendo este último de responsabilidade do Sistema Estadual, estendendo-se por diversas localidades em todo território municipal.

Tabela 1 – Número de localidades atendidas pelo Sistema de Organização Modular de Ensino em Igarapé-Miri/PA – ano 2018.

Localidades atendidas pelo SOME – Ensino Fundamental (6º ao 9º ano).	Localidades atendidas pelo SOME – Ensino Médio.
14	10

Outro sim, possibilitar e proporcionar aos jovens e adultos filhos dos trabalhadores ribeirinhos a oportunidade de estudarem em sua própria localidade de origem com certeza é vislumbrar a evolução que o processo educacional vem alcançando, apesar das dificuldades habitualmente reconhecidas ao tratarmos de educação pública no Brasil. No que se refere ao SOME, João Rodrigues e Gilmar Silva sintetizam que,

Ao longo desse período, o SOME tem acumulado êxitos, por um lado – ao alcançar parcelas da população que dificilmente seriam atendidas pela oferta regular –, e dilemas, por outro, ao não solucionar problemas crônicos que têm se reproduzido desde os primórdios do sistema, como a questão infraestrutural e organizativa. (2018, p.263).

Apesar dos objetivos do próprio Sistema de Organização Modular de Ensino se implementarem observando estratégias que possibilitem que os moradores de áreas ribeirinhas de diferentes localidades tenham acesso à educação pública, é necessário destacar que vivemos em um espaço com as complexidades próprias da Amazônia, ou seja, há um distanciamento entre as próprias comunidades ribeirinhas.

Na escola do campo há uma especificidade e uma conjuntura própria, determinada pela força da natureza: desde a locomoção, até ao hábito de acordar cedo para enfrentar os rios e igarapés que, por muitas vezes, estão desfavoráveis para que as embarcações do transporte escolar cheguem até as residências, à necessidade dos alunos de contribuir com renda familiar causando acentuada evasão escolar, sobretudo, no período da safra do açaí, a falta de energia elétrica nas comunidades e estabelecimentos de ensino proporcionando consequências ao ambiente escolar como calor excessivo, sem falar das questões estruturais das escolas, e salariais de professores e professoras que se disponibilizam a dormir nas comunidades para cumprir a carga horária disciplinar.

Se por um lado, a escola do campo assim como qualquer escola pública brasileira têm tantos problemas no processo e nas relações de ensino-aprendizagem

quanto qualquer escola da cidade, contudo, é perceptível uma especificidade muito particular na região ribeirinha de Igarapé-Miri, que são as disparidades geográficas, a força da natureza e as forças de trabalho estabelecidas com a alta produção de açaí na região. E esse fator vem corroborando com as relações educacionais na comunidade local.

3. IMPRESSÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O AÇAÍ

Para externar o que o açaí representa nas relações sociais, econômicas e produtivas, e que podem de alguma maneira contribuir para o debate sobre a importância dessa cultura para o município de Igarapé-Miri, cabe aqui elucidarmos algumas impressões historiográficas produzidas através de pesquisas sobre a cultura do açaí na região amazônica.

De antemão, é importante salientar o que representa a cultura do açaí para essa região, sobretudo a partir da economia local, afinal, toda a cadeia produtiva do fruto tem se legitimado como principal alternativa de sobrevivência em diversas comunidades na Amazônia (LOPES E SANTANA, 2005). O açaí, antes de tudo, se configura em contribuição social, pois é visto como a principal fonte de sobrevivência de famílias de baixa renda desde o meio rural até os centros urbanos.

Contudo, nem sempre a cultura do açaí protagonizou momentos significativos para a economia local. Sim, é hábito natural de consumo, algo que faz parte das raízes históricas e da dieta alimentar do caboclo amazônico (MOURÃO, 2010), mas, até que chegássemos num contexto de protagonismo, é indispensável entender a trajetória da indústria da cana-de-açúcar no município de Igarapé-Miri, já que o seu declínio na economia local em detrimento da entrada de produtos mais baratos oriundos de outras regiões do estado (açúcar e água ardente) levou o município a investir em outras culturas, como a produção em larga escala do açaí (QUARESMA JÚNIOR, 2013).

A cultura do açaí para extração do vinho, antes, porém, teve que enfrentar a trajetória da cultura do palmito do açaí que caminhava em um movimento inverso de utilização na cadeia produtiva das populações ribeirinhas que utilizam o extrativismo como meio de sobrevivência.

O palmito era retirado do alto da palmeira do açaí e se configurava em componente pouco consumido na região, mas muito apreciado no mercado internacional, e que atendia especialmente a exportação. Assim, a extração do

palmito do açazeiro contrariava o trato secular que os ribeirinhos detinham com a palmeira (MOURÃO, 2010).

Até que os ribeirinhos e as sistemáticas culturas de ocupação e de uso do solo compreendessem que a maior arma contra a miséria consistia na preservação e no uso sustentável, a palmeira do açazeiro transformou-se de coadjuvante a protagonista no processo de mudança de vida de milhares de famílias ribeirinhas.

Nesse processo de ascensão e transformação social é importante compreender os sujeitos históricos que construíram uma cultura do trabalho e suas relações com o meio ambiente de trabalhadores do açaí na Amazônia. Edilza Fontes e Fabrício Ribeiro (2012) muito bem evidenciam como os trabalhadores se relacionam com essa atividade e como a cultura do açaí ganha dimensões que vão além da ótica artesanal. Hoje o açaí ganhou espaço em todas as classes sociais, e está presente nos supermercados, nas grandes indústrias de alimentos e até mesmo na indústria farmacêutica.

Nesse sentido, o açaí vem ganhando novos espaços e, além de ser uma bebida comercializada em vários pontos da cidade, ganha uma nova lógica comercial, antes própria de uma cultura alimentar de populações do campo, indígenas e periféricas do estuário amazônico. (FONTES E RIBEIRO, 2012).

O crescimento pelo interesse na cultura do açaí traz reflexos no aumento da produção na região. Assim, podemos compreender o que o açaí significa para o município de Igarapé-Miri, em todas as relações sociais, desde a econômica, a cultural e principalmente a educacional, sobretudo, nas comunidades ribeirinhas onde se dá o primeiro passo da cadeia produtiva.

Estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), revelam que o maior estado produtor de açaí foi o Pará, com 93,3% do total nacional, com destaque para o município de Igarapé-Miri, o maior produtor mundial com 305,6 mil toneladas/ano, o que significa cerca de 28% de toda a produção do país.

Outros dados que demonstram esse protagonismo na produção mundial podem ser facilmente encontrados através de estudos de órgãos oficiais do governo, a exemplos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sindicato dos Produtores Rurais de Igarapé-Miri, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,

Mineração e Energia, Secretaria de Estado de Agricultura – SAGRI, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), dentre outras.

Dito isto, é importante observar que, o açaí configura um potencial que vai além do produtivo e do que ele representa e tem promovido pelas comunidades ribeirinhas. Aos professores de História que vivenciam práticas educacionais em comunidades ribeirinhas influenciadas pela prática da cultura do açaí, torna-se necessário potencializar a cultura do fruto, não apenas para questionar a implementação de políticas educacionais em um processo que melhore a vida dessas populações. É necessário também levar o tema para a sala de aula e se utilizar de um instrumento da vida cotidiana para promover debates entre os alunos e contribuir com as aulas de História. Para a pesquisadora Leila Mourão:

O açaizeiro se inclui na História regional como alimento e produto comercial e por isso, resulta em noções, ações, práticas e representações subjacentes à vida cotidiana da população do estuário amazônico. (MOURÃO, 2010, p.87).

É necessário, portanto, que nós professores do campo, utilizemos o significado que a cultura do açaí representa, como ferramenta que auxilia as práticas pedagógicas no cotidiano escolar, de modo que, se tornem consistentes e passem a ser expressas através de símbolos, emblemas e sinais de cultura que podem configurar em diferentes formas de representação na relação com a natureza (MOURÃO, 2010).

4 . AÇAÍ E ENSINO DE HISTÓRIA

Pesquisar acerca das práticas educacionais em sala de aula se torna sempre um exercício desafiador, pois acabamos dando publicidade a algo que nos é bastante caro, e mesmo íntimo que é como ministramos aula (LUPION, 2016). Ao transitar por esse caminho, corremos risco de ter nossas práticas questionadas, revisadas. Por outro lado, possibilita que práticas de ensino sejam compartilhadas, enriquecendo a historiografia sobre o tema, e trocando experiências sejam elas positivas ou negativas.

No momento em que o ensino de História é cada vez mais questionado, e sistematicamente reduzido na carga horária educacional brasileira, faz-se necessário discutir pressupostos teóricos e metodológicos inovadores que possibilitem não apenas uma justificativa plausível para o currículo, mas para a prática cotidiana de alunos e alunas que veem na disciplina de História apenas o sentido

literal da palavra: o estudo do passado, este por sua vez, mais longe e distante das práticas e vivências de sua vida cotidiana.

Se um sujeito é fruto de seu tempo histórico e das relações sociais em que está inserido (LUPION, 2016), como podemos ensinar e fazer com que alunos de comunidades do interior da Amazônia entendam e tenham interesse pela cultura e civilização *greco-romana*, por exemplo? Como explicar que a revolução industrial foi um período de intensas transformações nos meios e modos de produção, se nossos alunos percebem que esses conceitos estão distantes de sua realidade social? É necessário que nós, professores de história compreendamos que de nada adianta executar todo o conteúdo programático de História, se esse conhecimento não contribuir para que o aluno reconheça a realidade em que vive, e mais que isso, interfira nela.

O repasse do currículo e conteúdos de História por si só, não devem ser encarados como o fim do processo ensino-aprendizagem, mas como instrumento para um fim maior, como a construção de relações humanas, da cidadania e de senso crítico, por exemplo. Devemos priorizar um ensino de História que se preocupe com a sociedade e com o ambiente em que os sujeitos estão inseridos.

Apesar da efetivação de novos parâmetros e currículos terem sido implementados com o objetivo de atenuar o distanciamento entre o ensino de História e as vivências sociais dos alunos, dentre as quais os novos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, uma vez que reafirmam a importância do ensino de História para a formação da identidade, a implementação curricular da História e cultura afrodescendente e indígena (Lei nº 11.645/08), com intuito de refletir o caráter de pluralidade étnico-racial na rica herança de miscigenação e trocas de culturas na História do povo brasileiro, no entanto, mesmo com essas modificações ocorridas no ensino, podemos dizer que nos dias atuais existem algumas problemáticas no currículo escolar que são verdadeiros desafios para os professores.

A presença da História regional e local e as experiências humanas estão quase sempre ausentes das páginas dos livros didáticos apesar das propostas e diretrizes curriculares garantirem os temas transversais como possibilidade para os professores trabalharem esses temas como “conteúdos atitudinais”, que envolvem valores, normas e atitudes que permeiam todo o saber escolar (CASTRILLON E MONTEIRO, 2017).

Um exemplo clássico desse distanciamento no ensino de História são alguns conteúdos que parecem vir desconectados da “História do Brasil”, como se vivêssemos em uma “bolha” distante daquilo que historicamente foi construído como “Brasil”, é o caso dos chamados movimentos sociais do século XIX:

[...] a Balaiada (1838 Maranhão), Sabinada (1837 Bahia), Cabanagem (1832 Pará), Farroupilha (Rio Grande Sul 1835) [...] a Rusga (1834/ Mato Grosso). Todos os fatos mencionados eclodiram na mesma década e todos inseridos no mesmo contexto político e social da época. A década de 1830 compreende o período das regências, a descentralização política e a formação dos partidos políticos do país. [...] conflitos que envolviam várias camadas sociais. (CASTRILLON E MONTEIRO, 2017, p.4).

No caso da Cabagem, ao analisarmos o currículo de História do Sistema de Organização Modular de Ensino do município de Igarapé-Miri, não observamos nenhuma referência relacionada à participação da região nesse movimento, apesar de existirem pesquisas consistentes de historiadores locais (QUARESMA JÚNIOR, 2005), que apontam inclusive a relevância estratégica da região a partir do controle marítimo entre Belém e Cametá a partir da escavação do Canal de Igarapé-Miri, já anteriormente elucidado nesta pesquisa.

Se a Cabanagem, que foi um conflito social importante e com inúmeras pesquisas na historiografia paraense se afasta dos livros didáticos, dos conteúdos programáticos, e, portanto, das aulas de História no Sistema Modular do município de Igarapé-Miri, percebemos o quanto é desafiador a contribuição que a cultura do açaí poderia proporcionar para o ensino de História com poucas pesquisas historiográficas e projetos educacionais sobre o tema.

O distanciamento da História, como no exemplo mencionado só reforça a disparidade entre o ensino, as vivências e os saberes. Para a maioria dos professores, ao debater os conteúdos relacionados à Cabagem, por exemplo, cabe apenas o “eles” e não o “nós”. Para tanto:

Cabe ao professor, [...] aproximar o aluno dos personagens concretos da História, sem idealização, mostrando que gente como a gente vem fazendo História. Quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer. O verdadeiro potencial transformador da História é a oportunidade que ele oferece de praticar a “inclusão histórica”. (PINSKY & PINSKY, 2005, p. 28).

Essa abordagem torna o ensino de História mais atraente e significativo com possibilidade de maior entendimento para o aluno. A experiência de trazer o açaí para a sala de aula entusiasmou os alunos, provocou paixões, identificação e, mais que isso, pesquisa e resultados positivos na avaliação. É necessário que professores e alunos se percebam como sujeitos e agentes históricos. Dizer que a História é feita somente por alguns homens é acreditar que apenas alguns homens, têm parte nela.

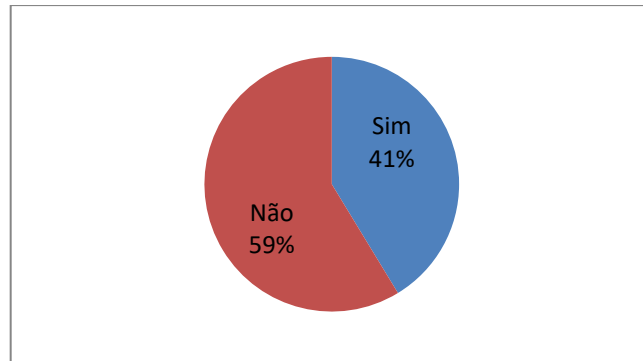
Com o objetivo de unir a pesquisa científica no processo ensino-aprendizagem foi realizado nas turmas de 8º e 9º ano da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Padre Pedro, localizada no Rio Meruú, a cerca de uma hora da sede do município de Igarapé-Miri (de barco). A experiência se baseou no ensino de História e teve por objetivos coletar dados que culminassem, primeiramente, em buscar resultados estatísticos a partir da aplicação de questionários referente ao aprendizado de História e também da vivência dos alunos com a cultura do açaí.

No primeiro momento, procurei aplicar o questionário entre duas turmas que compõe um total de 46 (quarenta e seis) alunos, com o objetivo de perceber o açaí enquanto recurso e tema no processo de vivência cotidiana e sua relação no ensino-aprendizagem, ou seja, como os discentes percebem ou não a presença da cultura do açaí no dia-a-dia e na vida discente nas aulas de História.

Foram desenvolvidas algumas experiências pedagógicas nas aulas de História com intuito de instrumentalizar, envolver os alunos com o tema e a relação que o ensino de História poderia proporcionar em relação à cultura do açaí na região. Por fim, de posse desses dados, das experiências compartilhadas em sala de aula e do levantamento bibliográfico sobre o tema, este artigo está sendo apresentado ao Curso de Pós-graduação em Ensino de História.

O primeiro questionamento pesquisado diz respeito ao nível de interesse dos alunos pela disciplina de História. Nesse quesito, obtivemos os seguintes dados:

Gráfico 1 – Você gosta de estudar História?



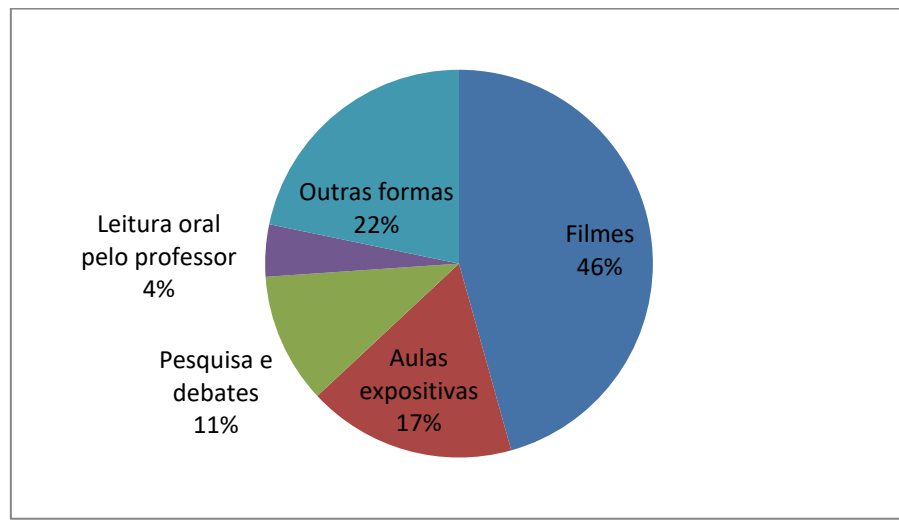
Durante a aplicação do questionário, percebi as dificuldades e o descrédito que grande parte dos alunos atribui às aulas de História que refletem os próprios dados negativos no primeiro gráfico. Algumas respostas podem estar tanto no conteúdo selecionado como nos procedimentos com que são trabalhados os conteúdos de História, a partir de práticas educacionais tradicionais, limitadas ao ato de “decorar conceitos” comumente utilizados no SOME. Para superá-los, torna-se necessário despertar a curiosidade do aluno em relação à disciplina, desenvolvendo nela instrumentos de conhecimento sobre o cotidiano. O professor, através da seleção de conteúdos e recursos apropriados, deve apresentar uma “História dinâmica” e não uma coletânea de acontecimentos passados sem nenhuma relação com o presente, e com o cotidiano dos alunos.

É cada vez mais fundamental o diálogo sobre o ensino de História, com a intenção de repensar diversas vezes os métodos escolares e as temáticas previstas nos currículos oficiais. Todavia, o educador carece reconhecer o seu comprometimento social e repensar a sua função na sala de aula. (SAVIANI, 1991). Na verdade, não é uma tarefa fácil, pois, envolve comprometimento, mas cabe ao educador uma dose de sensibilidade diante da realidade educacional afim de reconhecer-se como um agente social indispensável nesse processo.

Os reflexos sobre falta de interesse dos alunos na disciplina de História podem ser também correlacionados com a disparidade entre os diferentes métodos utilizados pelos professores para repassar o conteúdo. É comum escutarmos dos alunos a respeito das aulas de História comentários do tipo “aula chata”, “dá sono”, “matéria decorativa”. Esses comentários habituais, de certo modo, levam professores e professoras a questionar seus próprios métodos no dia-a-dia escolar, afinal, nem sempre nos esforçamos para preparar uma aula mais dinâmica.

Analisando o público presente em sala de aula e questionado sobre qual seria o método mais bem interessante para aprender os conteúdos de História observei o quanto que os artifícios “tradicionais” estão em descrédito pelos alunos. É o que o segundo questionário nos apresenta.

Gráfico 2 – De que forma você aprende melhor os conteúdos de História?



Nesse dado, observamos a preferência dos alunos pelas aulas mais dinâmicas, sobretudo, ganha destaque o interesse pelo cinema. Esse recurso midiático já vem sendo utilizado pelos professores de História já faz algum tempo, e tem auxiliado os debates de maneira simples e exequível, mas que envolve muita criatividade, unindo áudio e imagem, agregando fatos (reais ou fictícios) com mensagens e conceitos que ao serem bem instrumentalizados em sala de aula e podem contribuir positivamente no processo ensino-aprendizagem.

Todavia, nas escolas do campo, especialmente ribeirinhas, o recurso cinematográfico ainda não é costumeiramente utilizado por dois motivos: primeiro, porque a maioria das escolas do campo não dispõe de infraestrutura adequada para a exibição de filmes (data-show, televisão, computadores, caixa de som, etc.). Segundo, porque grande parte dos professores do Sistema Modular de Ensino ainda priorizam as ferramentas mais tradicionais de ensino, e as aulas se resumem no eixo “quadro-pincel-livro didático”.

Ubiratã Ferreira Freitas (2016), enfatiza que não temos dentro, da área das Ciências Humanas, uma pedagogia que favoreça a melhora de nossas aulas, pelo contrário, existe a necessidade de arquitetar estratégias e dar conta de práticas

educacionais relacionadas à disciplina para tentar trazer o aluno para uma realidade que ele se sinta confortável, que o atraia, que se importe pelo conteúdo.

Com o intuito de fazer com que o ensino de História ganhe significado aos olhos dos alunos, abre-se um espaço de reflexão sobre os cuidados para que os objetivos estejam centrados no aluno e não no professor. Para tanto, é extremamente necessário que levemos em conta o conhecimento prévio dos alunos, adquirido através de sua interação social, em suas vivências, bem como no seu estágio de desenvolvimento cognitivo.

As dificuldades e o desinteresse dos alunos fazem dos conteúdos de História, uma disciplina secundária em sua formação educacional. É importante pensar uma saída emergente, que talvez, estaria na formação de um novo currículo e novas estratégias de ensino-aprendizagem para os conteúdos de História, amplamente debatidos e discutidos com os professores. (FREITAS, 2016).

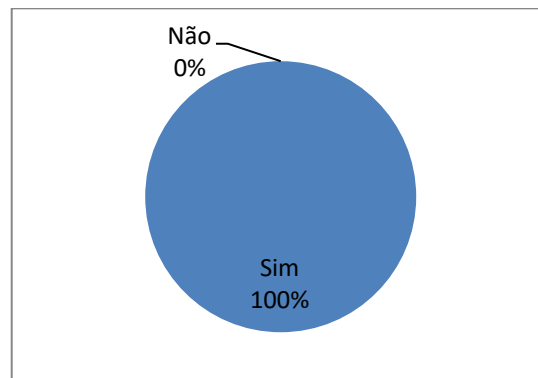
Segundo Maria Auxiliadora Schmidt:

Provocar a ruptura com o ensino tradicional de História é um desejo expresso pela maioria dos professores de História que, com suas experiências individuais ou coletivas nas salas de aula, vêm realizando contribuições nesse sentido. Além disso, trata-se também de um objetivo proposto em sucessivos debates, discussões e propostas curriculares. (2001, p. 216).

A diversificação das aulas de História, a utilização de novas metodologias, novas experiências, novos instrumentos devem ser incorporados por nós, professores, como uma espécie de “ruptura de práticas tradicionais de ensino”. Na escola ribeirinha onde a natureza ocupa um espaço de destaque e tudo gira em torno dela, quem sabe o diferencial não esteja na mediação entre a prática docente e os valores que a natureza e o meio ambiente significam para os nossos alunos.

Nas comunidades ribeirinhas, de modo especial, no município de Igarapé-Miri, a cultura do açaí ganha um destaque privilegiado. É quase uma unanimidade o papel central que o açaí exerce aos hábitos alimentares, nas relações de trabalho, e no cotidiano escolar. O terceiro questionamento nos dá uma dimensão dessa influência.

Gráfico 3 – Você ou sua família trabalham direta ou indiretamente com a cultura do açaí?



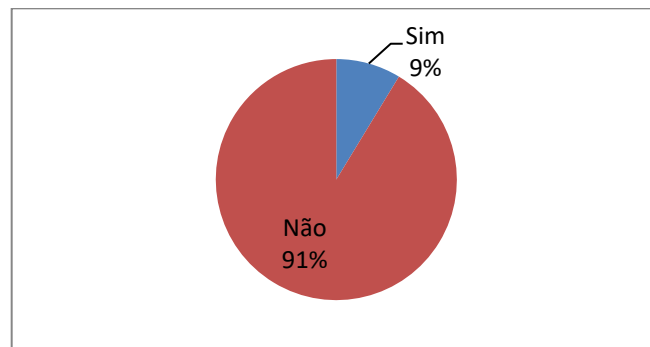
Todo o núcleo familiar ribeirinho tem um papel no processo de produção do açaí e, por isso que a escola, formada por esses sujeitos que desempenham diversificadas funções no cotidiano escolar, também deve ser entendida como um núcleo que orbita em torno do significado que o açaí exerce para aquelas comunidades.

O trabalho das famílias ribeirinhas estabelece uma noção íntima de conhecimento com a natureza. O costume de vida de comunidades que trabalham com a cultura do açaí está centrado no trato com o açaizal, o que concretiza uma forma de relacionamento com a natureza. (FONTES E RIBEIRO, 2012).

No ambiente escolar, por mais que a cultura do açaí não signifique o único ou o principal meio de sobrevivência, para alguns sujeitos, “é uma tradição em que o conhecimento empírico é passado de pais para filhos” (FONTES E RIBEIRO, 2012, p.86). Para alguns é sobrevivência, para outros é cultura, para todos é alimento indispensável, consumido diariamente, e de preferência repetidas vezes: no café da manhã, na merenda, no almoço, e no jantar.

O açaí é parte da identidade e cultura do miriense. Existe como fruto nativo, desde outrora, fez e faz parte da alimentação de populações indígenas e ribeirinhas. Passou a ser comercializado e, recentemente, alcançou o mercado internacional. Diante de todo esse enredo histórico, porque não usarmos como ferramenta esse produto colocando-o como um elemento histórico indispensável para entendermos a nossa própria História? Ao que me parece, esse entendimento vem timidamente sendo trabalhado pelos professores, e pode ser constatado no quarto questionamento elaborado pela pesquisa.

Gráfico 4 – Você já estudou nas aulas de História algum conteúdo que abordassem aspectos da sua região ou da sua vivência diária?



O açaí ao mesmo tempo em que constitui cultura material das populações ribeirinhas, faz parte também da cultura imaterial por meio de mitos, narrativas e lendas. É um elemento formador de identidade, entendida antropologicamente como o “reconhecimento de si mesmo” em contraposição a alteridade, que se refere ao “reconhecimento do outro” (BRANDÃO, 1984).

Ao utilizarmos como um elemento de “reconhecimento”, pode o açaí colaborar com experiências e estratégias de reconstrução e valorização da memória local. A História, portanto, estaria a serviço da ideia de fortalecer os vínculos, entre as comunidades locais, celebrando as identidades e histórias ali construídas.

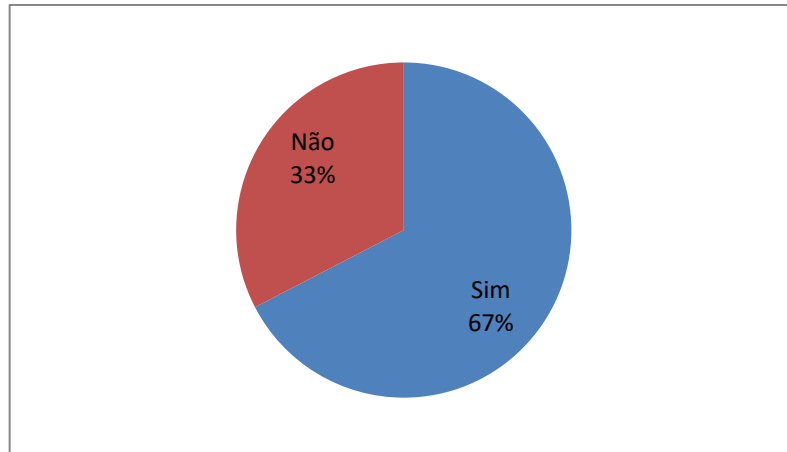
É importante destacar que os Parâmetros Curriculares Nacionais, corroboram com alternativas que beneficiam o entendimento dos educandos em relação ao estudo da memória para a construção do conhecimento histórico. Entre os conceitos presentes nos PCN's em relação ao ensino de História, destaca-se a importância da construção da identidade, conceito este fundamental, já que a identidade e a memória têm uma relação colaborativa.

Nas aulas de História o açaí pode se constituir como um “elo” de ligação e pertencimento, pois são produto e produtor de relações entre os indivíduos e a sociedade, entre a História e as identidades, entre as vivências e as experiências de sujeitos históricos. Assim, para que facilitemos o aprendizado, torna-se necessário integrar o currículo a esse “elo” com a realidade escolar.

De fato, não se trata de tarefa fácil, pois significa repensar, ou até mesmo contrapor os métodos tradicionais de ensino utilizados no município de Igarapé-Miri, de forma especial no Sistema Modular de Ensino. Ainda, é consenso entre professores e alunos, que a experiência do SOME em Igarapé-Miri nos fornece requisitos para que repensemos os métodos e as estratégias de ensino de História,

a partir da cultura do açaí, fato que pode ser percebido no último questionamento feito pela pesquisa.

Gráfico 5 - Você acredita que o açaí pode contribuir com seus estudos sobre o conteúdo de História?



Para a maioria dos educandos é possível associar a cultura do açaí com os conteúdos de História, de modo que contribua no aprendizado da disciplina. Esse dado, também é perceptível entre os professores de História dos quais tive acesso. Assim, uma das formas de motivarmos educandos e educadores sobre a importância do ensino de História em atividades que contemplem o dia-a-dia escolar, vivências e aprendizados externos é reforçando o conceito de que todos somos sujeitos históricos, de que a História não se constrói apenas com o passado e com os grandes eventos e fatos. Colocar nossos educandos na condição de sujeitos detentores de História pode ser o grande diferencial nesse processo. Torna-se importante o professor saber que:

(...) quanto mais o aluno sentir a história como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer. (KARNAL, 2008, p. 28).

Em meio a tantas evidências e ferramentas cabem aos professores inquietar-se. A sala de aula, sem dúvida é um imenso laboratório de pesquisa do professor, repleto de possibilidades e reflexões. Na sala de aula, o professor se depara com dúvidas, angústias e questionamentos que nenhuma universidade do planeta se habilita a responder. No SOME, no ambiente escolar ribeirinho, esse laboratório se amplia diante das variáveis que se apresentam no dia-a-dia do meio rural. Nesse

processo, cabe encararmos o ensino como objeto, permitindo-nos inclusive, mudanças.

5 . O AÇAÍ COMO AGENTE HISTÓRICO

Na perspectiva de utilizar a cultura do açaí como um agente histórico, capaz de envolver a comunidade escolar com suas vivências e experiências externas durante as aulas de História, após longas leituras e estratégias com intuito de instrumentalizar essa ferramenta tracei 4 (quatro) eixos temáticos que foram desenvolvidos com os alunos da EMEF Padre Pedro, no primeiro circuito (1º Bimestre) do ano letivo de 2018, que teve por público 60 (sessenta) alunos do 8º e 9º ano do ensino fundamental.

O primeiro passo foi traçar um planejamento, por meio de atividades de pesquisa bibliográfica, a maioria delas utilizada aqui nesse trabalho. Foi necessário conhecer também um pouco mais dos PCN's, e toda discussão a respeito das novas estratégias de ensino relacionadas ao conteúdo de História, dos quais alguns assuntos também aqui já foram elucidados.

Outro requisito formal foi o diálogo com a coordenação pedagógica da EMEF Padre Pedro, tendo em vista que algumas atividades propostas aos alunos por meio desta pesquisa foram consideradas como requisito avaliativo. No primeiro momento, houve certa dúvida pela direção da escola de como seria introduzido a relação os conteúdos de História com a cultura do açaí, fato que foi sendo compreendido após a organização dos seminários, e um pequeno esboço da proposta entregue a coordenação. Concluído a parte burocrática da pesquisa, partimos para a operacionalização.

Inicialmente, o projeto foi apresentado aos discentes e, posteriormente, realizaram-se seminários com objetivo de familiarizar os alunos com as possibilidades temáticas de se pesquisar o açaí, em diversificados campos do ensino de História: meio ambiente, sustentabilidade, identidade, memória, diversidade cultural, relações de trabalho, economia. Esses temas foram sorteados entre 06 (seis) grupos de alunos.

Os seminários foram recebidos com muito entusiasmo pelos alunos, afinal, houve de imediato uma identificação do público envolvido com o tema, inspirando uma percepção muito cobrada nos PCN's que têm como um dos objetivos a preparação para a cidadania, ou seja, há uma responsabilidade em organizar a formação da cidadania com o conhecimento e domínio dos conceitos históricos.

Nos debates entre os seminários, foi possível exercer a aplicação de conceitos históricos que relacionados com temas de domínio e entendimento comum pelos educandos pôde facilitar a compreensão dos conteúdos. Segundo, Schmidt:

Um trabalho sistematizado com os conceitos históricos pode contribuir para que alunos e professores realizem uma leitura mais reflexiva e crítica dos documentos e conteúdos históricos. Este trabalho não deve ser feito de maneira fragmentada e isolada, do tipo atividades no final de capítulos de livros ou unidades, mas de forma orgânica e sistemática no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, integrado às atividades cotidianas da sala de aula. Ademais, o trabalho com conceitos históricos deve integrar a vivência cotidiana da transposição didática do conhecimento de referência em saber histórico escolar. (SCHMIDT, 2012, p.163).

O trabalho com os seminários e a construção de conceitos históricos possibilitou integrar o processo ensino-aprendizagem, uma vez que, permitiu a minimização de termos técnicos ou de definições abstratas e memorizações formais de palavras. O conceito de trabalho ao longo da História da humanidade, por exemplo, pôde ser mais bem compreendido utilizando-se das relações atuais de trabalho com a comercialização do açaí, que tem uma dinâmica muito interessante. Outro ponto bastante percebido pelos alunos foi o conceito de cultura e identidade, a partir do entendimento de tudo aquilo que consideramos do açaí, que vai além de um alimento ou um meio de sobrevivência, mas que carrega também uma relação de pertencimento.

Essas relações, desprovidas de qualquer debate mais consolidado, já contribuem ajudando a enriquecer o diálogo revelando outra percepção de ensino de História aos alunos. Assim, os seminários apresentaram resultados muito positivos, sobretudo a partir do entusiasmo e atenção que foi conduzido.

Posteriormente foram organizadas aulas expositivas em torno de 4 (quatro) eixos temáticos: 1. Açaí Memória e Identidade; 2. Açaí Meio Ambiente e Sustentabilidade; 3. Açaí e as Relações de Trabalho e Poder; 4. Açaí e a Participação Feminina, que tiveram por objetivo envolver a cultura do açaí como ferramenta disciplinar sobre determinados conteúdos do currículo de História, reafirmando conceitos históricos, sobretudo do açaí como um agente histórico indispensável para o entendimento da escola, da sociedade e da identidade amazônica.

Os seminários e aulas expositivas em torno dos eixos temáticos contribuíram para formatação de um projeto pedagógico utilizando como elemento o cotidiano de

vida dessa população local, a partir da investigação e da pesquisa, e que deve ganhar espaço em formato de feira no segundo semestre, após as férias escolares.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de realizar uma pesquisa que abriu margem para um projeto pedagógico de ensino de História sobre a cultura do açaí possibilitou uma realidade nova sobre a prática de ensino e aprendizagem na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Pedro, zona rural do município de Igarapé-Miri. Professores, coordenação e alunos enxergaram na proposta novos horizontes para que pudéssemos expandir as pesquisas em outras comunidades, auxiliando inclusive componentes curriculares de outras disciplinas e, sobretudo, estimulando professores no desenvolvendo de projetos a partir da pesquisa científica.

No que diz respeito ao ensino de História, precisamos dialogar com professores, coordenadores e gestores a respeito de currículos que possibilitem experiências mais inovadoras, evitando tradicionalismos que esvaziam e desestimulam as práticas educacionais.

O dia-a-dia da escola do campo, especialmente das comunidades ribeirinhas do município de Igarapé-Miri é caracterizado por inúmeros problemas relacionados à infraestrutura. No ambiente escolar, professores e alunos não dispõem de ferramentas como sala de vídeo, sala de leitura, laboratório de informática, data-show, espaços confortáveis que possibilitem um melhor resultado no processo ensino-aprendizagem. Esse dilema educacional, que pode ser compartilhado por muitas escolas públicas brasileiras, se amplifica quando estamos diante de comunidades muito carentes, distantes e isoladas dos centros urbanos e, conseqüentemente, dos serviços públicos mais básicos. Porém, esse percalço não significa que não temos nada. A cultura do açaí e a importância que essa fruta exerce sobre a dinâmica escolar miriense tem potencial para produzir experiências que resultem em novos experimentos educacionais.

O aprendizado é algo que deve ir além da sala de aula e depende de diversos fatores e motivações. Ora, se o açaí transmite para essas comunidades significados diversos e múltiplos olhares, se ele é alimento, cultura, identidade, sagrado e trabalho. Ele também pode ser educação e transformação social. Por fim, sendo também percebido como agente histórico, certamente, trará benefícios ao processo de aprendizagem escolar nas regiões que o fruto é protagonista.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, C. M. F. **Conteúdos e métodos de ensino de História: breve abordagem histórica**. In: Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação). Série ensino fundamental.

BRASIL. **Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Centro Gráfico, 1988.

CASTRILLON. Maria de Lourdes Fanaia. MONTEIRO. Edemar Souza. **Abordagens sobre o ensino da história no ensino fundamental**. Revista Eletrônica Documento 22 Monumento. Universidade Federal de Mato Grosso/Núcleo de Documentação e Informação História Regional – NDIHR. ISSN: 2176-5804 - Vol. 22 - N. 1 - Dez/2017.

FONTES, Edilza; RIBEIRO, Fabrício. **Os trabalhadores do açaí na Amazônia: cotidiano, natureza, memória e cultura**. História Oral, v. 1, n. 15, p. 81-106, jan.-jun. 2012.

FREITAS, Ubiratã Ferreira. **A disciplina de história: alunos do século XXI e o paradigma de ensinar**. *Seminário Internacional de Educação, III Seminário Nacional de Educação e do I Seminário do Programa Intitucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. FACCAT, 16, 17 e 18 de Junho/Taquara-RS, 2016.*

KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2008.

KETTLE, Wesley Oliveira. **Ciclopes e profetas no Vale Amazônico: visões de Natureza no tempo das demarcações (1750-1799)**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

LOPES MLB & SANTANA AC de (2005). **O mercado do fruto do Açaizeiro (Euterpe oleracea Mart.) no estado do Pará**. In: Carvalho DF (Org.). Economia da Amazônia nos anos 90. v. 2. Belém, Universidade da Amazônia (UNAMA).

MOURÃO, Leila. **História e natureza: Do açaí ao palmito**. Revista Territórios e Fronteiras. V.3 N.2 – Jul/Dez 2010. Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT, pág. 74-96.

NUNES, Francivaldo. BASTOS, Carlos. KETTLE, Wesley. **Ciência e Meio Ambiente: ensino, pesquisa e extensão no Campus Universitário de Ananindeua – UFPA**. Organizadores: Francivaldo Nunes, Wesley Kettle, Carlos Bastos – Limeira, SP: Segunda Leitura, 2018.

OLIVEIRA. José Pedro Garcia. RODRIGUES. S. Doriedson. SILVA. João Batista do Carmo. MENDES. Odete da Cruz. (organizadores). **Educação, Ciência e Desenvolvimento da Amazônia Tocantina**. Diálogos Científicos. Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Cametá-Pará, 2012.

PEREIRA. Rosenildo da Costa. **Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) e a inclusão social dos jovens e adultos do campo**. MARGENS – Revista Interdisciplinar. Versão Digital – ISSN 1982-5374. Dossiê: Formação Docente. VOL.10. N. 14. Jun 2016. (p. 187-198).

PINSKI, Jaime; PINSKI, Carla Bassenzi. **Por uma História Prazerosa e conseqüente**. In: Karnal, Leandro (org.). História na sala de aula. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

QUAREMA JÚNIOR, João Maria. **Igarapé Miri – A verdadeira terra da cachaça**. [S.l.: s.n.] Igarapé-Miri, Pará, 2013.

_____. **Igarapé-Miri no Contexto da Cabanagem**. [S.l.: s.n.] Igarapé-Miri, Pará, 2005.

RODRIGUES, J. M.P., & SILVA, G.P. **O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) na ótica de egressos no município de Breves-Pará**. Revista Brasileira de Educação do Campo. Tocantinópolis, v.3, nº1, p.260-286, jan./abr. ISSN: 2525-4863. 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 25 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Construindo a relação conteúdo método no ensino de História no Ensino Médio**. In: KUENZER, Acacia Zeneida. Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, G. P. **Magistério da Terra: O Desafio para a construção de uma Nova Metodologia para a Educação do Campo**. In: SILVA, G. P.; CANALI, H. H. B.; RODRIGUES, D. S.; ARAÚJO, M. N. C. (Orgs). 2007. EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA: UMA EXPERIÊNCIA. EDUFPA, BELÉM.

XIMENES, R. P. **Assahy-yukicé, iassaí, oyasaí, quasey, açã, jussara, manaca, açai, acay-berry: rizoma**. 2013. 163 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará, Belém. 2013.